



**REFORMA AGRÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**  
estudo de caso do Assentamento Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes - São  
Francisco de Itabapoana - RJ.

**Elson dos Santos Gomes de Lima<sup>1</sup>**

**Resumo:**

Nos últimos anos importantes centros de pesquisa do meio rural brasileiro vêm demonstrando que a reforma agrária pode ser vista como uma política capaz de proporcionar a maximização econômica de famílias assentadas. Nestes termos este trabalho busca apresentar a viabilidade e possibilidade destes resultados econômicos, a partir do estudo de caso do maior assentamento rural do Rio de Janeiro, o Assentamento Zumbi dos Palmares. Resulta de uma análise da trajetória de assentados antes e depois da reforma agrária.

Palavras-chave: reforma agrária; desenvolvimento econômico; história de vida.

**Abstract:**

In recent years major research centers in rural Brazil have shown that land reform can be seen as a policy capable of providing the maximization of economic families settled. Accordingly this work aims to show the feasibility and possibility of these economic results from the case study of the largest rural settlement in Rio de Janeiro, the settlement Zumbi dos Palmares. Results of an analysis of the trajectory of settlers before and after the land reform.

Keywords: agrarian reform, economic development, history of life.

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).  
E-mail: elsonuenf@yahoo.com.br



## INTRODUÇÃO

A reforma agrária há tempos figura como um dos temas mais estudados nas ciências humanas e sociais no Brasil. Isto por ter em sua gênese uma histórica estrutura que condicionou uma fração significativa da população brasileira, ou seja, a concentração fundiária (Wanderley, 1996). Como marco importante nesta discussão está a Lei de Terras de 1850, que organizou juridicamente a propriedade da terra no Brasil, contudo, excluiu os homens livres pobres, os escravos e indígenas (Taglietti, 2006).

Entre as principais temáticas abordadas no âmbito dos estudos agrários estão as lutas no campo pela socialização da propriedade da terra, os movimentos sociais no campo, o campesinato frente à sociedade capitalista, os condicionantes da concentração fundiária, os impactos da chamada “Revolução Verde” e, mais recentemente, os estudos sobre as potencialidades da agricultura familiar. Esta última apresentada como modelo alternativo ao latifúndio, de maiores possibilidades produtivas e empregatícias (Junior e Ribeiro, 2007).

A agricultura familiar vem sendo apresentada como organização produtiva alternativa ao latifúndio e ao modelo produtivo baseado em insumos químicos e alto nível de mecanização, também conhecido como o pacote da “revolução verde”. Entre os pressupostos que apontam a agricultura familiar como alternativa produtiva e de desenvolvimento no campo estão: geração de maior volume de empregos no campo, maior taxa de produtividade por área ocupada, agricultura com menor incidência de insumos químicos, variedade agrícola, enfim, um conjunto significativo que a coloca em evidente oposição ao modelo monocultor e latifundiário (Junior e Ribeiro, 2007).

Outra questão importante a respeito da agricultura familiar é que ela se apresenta como uma conquista política para os camponeses da recente História brasileira. O conceito de “agricultura familiar” elevou os camponeses nesta categoria ao reconhecimento de setores do mercado financeiro e ao afastamento de visões pejorativas a respeito da população rural e da vida no campo. Além disso, a agricultura familiar vem sendo discutida como alternativa de desenvolvimento econômico e tem mostrado



capacidade de maximizar economicamente as posses dos assentados e de contribuir para revitalização de regiões que recebem assentamentos de reforma agrária (Leite et al., 2004).

As potencialidades dos assentamentos rurais vão além da questão agrícola. Por isso existem autores que apontam para uma reforma agrária não “essencialmente agrícola”. Segundo Silva (1998), os assentamentos rurais criam uma série de demandas por serviços que contribuem para que novas formas de trabalho e aquisição de renda surjam no meio rural. Por isso deve ser pensada para além da produção no campo, de forma que objetive catalogar outras possibilidades econômicas.

## **REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES**

No Norte Fluminense o MST chegou em 1997. Neste ano começou a mobilizar e organizar pessoas para o acampamento nas terras da usina São João. Esta se encontrava com altos valores em impostos atrasados e dívidas trabalhistas. Além disso, houve a integração de trabalhadores rurais do sindicato de São Francisco de Itabapoana, cidade limítrofe a Campos dos Goytacazes. Esta organização e luta, em abril de 1997, deu origem ao maior assentamento de reforma agrária situado entre os dois municípios citados, o assentamento Zumbi dos Palmares (Cordeiro, 2007). Foi organizado em 506 lotes e dividido em cinco núcleos. Além dos assentados que já pertenciam à região, também foi composto de pessoas oriundas do perímetro urbano destas cidades e de outras regiões.

Estudo desenvolvido neste assentamento buscou construir uma leitura, por meio da metodologia história de vida, da trajetória destas pessoas e das potencialidades da reforma agrária. Primeiramente, se estas famílias tiveram significativo aumento de bens materiais. Em seguida, da reforma agrária como modelo alternativo a organização produtiva baseada na chamada “revolução verde” (Insumos químicos, mecanização do trabalho no campo, modificação genética de plantas e sementes, etc.).



Primeiramente, no tocante a origem espacial, metade dos entrevistados afirmou ser de origem urbana. Independente de terem uma origem rural ou não, isto mostrou que esta variável não pode ser vista como um fator de insucesso ou de inviabilidade, como afirma Graziano Neto (1996). Estes trabalhadores conseguiram desenvolver alternativas, aprendizados e adaptações com vistas a produziram a própria existência com a conquista do lote (Pedlowski et al., 2007). Assim podemos dizer que a origem espacial não pode ser super dimensionada negativamente, ou tida como fator decisivo sobre o sucesso dos assentados.

Esse processo de aprendizado começou desde os acampamentos com as primeiras instruções, onde o MST começou a praticar seu modelo pedagógico (Comparato, 2001). Além disso, o processo de ocupação possui uma série de fatores simbólicos que ajudaram na construção de laços de solidariedade e de um aparato que salienta sua condição na sociedade (Sigaud, 2004). Estes fatores ajudaram, em um primeiro momento, na formação de um imaginário a respeito da luta pela terra e de suas possibilidades. Como afirma Anderson (1993), isso pôde ser pensado como uma “comunidade imaginada”.

Após a ocupação e conquista do lote, os assentados entrevistados afirmaram que tiveram inúmeras dificuldades no lote, no entanto, o que mais foi evidenciado foi a falta de apoio técnico e de ajuda dos órgãos públicos. Financeiramente, apenas o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi apontado com algum tipo de ajuda no início do assentamento. Isto mostra o quanto a reforma agrária no Norte Fluminense tem estado “desassistida” (Pedlowski et al., 2007). Contudo, apesar destas intempéries o acesso a terra foi evidenciado de forma positiva.

O recebimento do lote foi de fundamental importância para que estes trabalhadores pudessem alcançar a condição primordial para melhoria econômica e da qualidade de vida. Quando questionados sobre “ser assentado”, afirmaram todos positivamente que a partir de então suas vidas tiveram uma mudança significativa de caráter positivo (Leite et al., 2004). Salientaram que conseguiram um conjunto de conquistas, tanto de cunho qualitativo, quanto de quantitativo.



No que tange aos aspectos qualitativos os assentados apontaram a tranqüilidade, os laços de amizade, a possibilidade de criar animais e de plantar e a alimentação limpa como fatores positivos de viver no assentamento. Contudo, quando questionados sobre “o que os deixam infelizes”, apontaram a ausência do poder público, a incompatibilidade de idéias e as inseqüentes tensões, como fatores negativos. Estes elementos mostram que apesar das conquistas, o assentamento não é um lugar homogêneo e de constante harmonia. As variadas origens, idéias e formas de organização, geram inúmeros desconfortos em instâncias variadas.

Em relação aos aspectos econômicos os assentados afirmaram que conseguiram obter um volume maior de bens a partir da conquista do lote de reforma agrária. Segundo eles, isso se iniciou pela terra e pela possibilidade de poder ter uma casa própria. Nestes termos estes trabalhadores confirmaram os impactos positivos da reforma agrária que foram evidenciados em outros estudos (Leite et al., 2004; Heredia et al., 2002). Estes trabalhos apresentam, respectivamente, os impactos nas chamadas “manchas” de assentamentos rurais existentes em todo Brasil e os impactos regionais em localidades que recebem assentamentos.

Os impactos internos foram salientados com a maximização material e a possibilidade de aquisição de outros bens por parte destes trabalhadores. Em confluência, vale lembrar que a partir do assentamento e da prática do trabalho familiar, estes assentados começaram a ter reconhecimento por parte de setores financeiros que passaram a estabelecer ligação com o “agricultor familiar” (Neves, 2007).

Elementos positivos também foram evidenciados no tocante aos impactos regionais, onde houve uma revitalização econômica por conta da criação de novas atividades e comércio. Além disso, foram criadas novas demandas e serviços no assentamento. Neste sentido que Silva (1998) aponta para a implementação de uma reforma agrária não “essencialmente agrícola”, justamente por conta da criação de n ovas formas de acesso a renda não necessariamente obtidos pela produção nos lotes.

Os Camponeses do Assentamento Zumbi dos Palmares salientaram a predominância de importância das atividades do lote no tocante a aquisição total de renda



da família. Esta tendência foi evidenciada em outras regiões do Brasil (manchas de assentamentos rurais), e Segundo Leite et al. (2007), em média a renda dos lotes corresponde a 69%, as atividades de trabalho externo 14% e os benefícios previdenciários a 17%.

Nos termos acima citados, a reforma agrária ocorrida nas terras da Usina São João e que deu origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, mostrou que a busca pela diminuição da concentração fundiária pode ser vista como fator de desenvolvimento econômico. Isto por contra das potencialidades que os assentados podem efetivar através do trabalho da/na terra que, como dito, contribuiu para a maximização de bens simbólicos e materiais na vida destes camponeses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os assentados de reforma agrária possuem uma forma peculiar de produção de si, ou seja, o trabalho em uma terra que fruto de uma conquista, de uma luta. No entanto, este condicionante não está restrito a uma herança como determinante, mas, sim, uma instrumentalização adquirida para a produção que está em confluência com a capacidade inovadora dos homens. Com isso, um primeiro ponto que podemos salientar é o fato de que o camponês de assentamento rural é fruto de uma luta e de uma cultura adquirida ao tornar-se assentado. Com isso, a leitura aparta-se do determinismo de origem e salienta que habilidades e cultura existem também por meio da forma material de existência: a terra.

Estes camponeses chegaram às organizações e acampamentos por meio de uma complexa rede de relações familiares e de amizades. Por meio destas, muitos acampados puderam ter contato com as motivações e com o ideário do Movimento de luta pela terra que, no Assentamento Zumbi dos Palmares, teve o MST importante papel organizacional e pedagógico.

A participação no movimento de luta pela terra contribuiu para a criação de um imaginário de “comunidade” onde estes lutaram em conjunto pelo bem comum, ou seja,



pelo estabelecimento de todos os participantes em um lote de terra onde pudessem desenvolver-se e proporcionar a sua própria existência.

Após a institucionalização e criação do assentamento eles conseguiram avançar no objetivo primeiro, contudo, agora com a “condição” material para alcançar as demais abordadas neste trabalho, ou seja, assistência técnica, escolas, saúde, incentivos financeiros, etc. A partir da condição de assentados, conseguiram um aumento significativo no tocante ao acesso a bens materiais, aquisição de animais, construção de pomares, dentre outros condicionantes mensuráveis.

Após um processo de maturação da condição de assentados ficou evidenciado, discurso dos assentados, que “ser assentado” é uma condição encarada por todos os entrevistados de forma muito positiva. Além disso, salientaram que a forma de encarar a vida mudou por conta do aumento dos níveis de autonomia e de controle sobre o próprio trabalho e as condições de existência. Também salientaram, de forma geral, estes condicionantes como motivos contribuintes de satisfação com a vida no lote. Deixaram como impedimento destes últimos, a ausência de políticas públicas e da participação dos gestores governamentais no processo de consolidação da reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. Introducción. In: Comunidades imaginadas. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1993.
- COMPARATO, Bruno Konder. “A ação política do MST”. São Paulo em Perspectiva, V. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. As redes sociais e suas importâncias na geração de redes de suporte para a reforma agrária: um estudo de caso em 10 anos de assentamento Zumbi dos Palmares. CCH/UENF, 2007, 81 p. Monografia. (Bacharelado em Ciências Sociais).
- JUNIOR, Antonio Oswaldo Storel; RIBEIRO, Helton Lucinda. Reforma Agrária e Mudança de Paradigma na Agricultura. Revista Adusp, n. 41, p. 6-11, 2007.



LEITE, Sérgio. et al. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_ Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. Revista Economia Ensaios, n. 1, p. 1-21, 2007.

NETO, Francisco Graziano. Qual Reforma Agrária? : terra, pobreza e cidadania. São Paulo: geração Editorial, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). Geografia Agrária, Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-287, 2007.

PEDLOWSKI, Marcos A. et al. "Os limites da reforma agrária desassistida na região Norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso e a resistência dos assentados". Comunicação apresentada no GT "Agricultura familiar e desenvolvimento rural e segurança alimentar" no XIII Congresso Brasileiro de sociologia, UFPE, Recife, Pernambuco, 29 a 1 de jul. 2007.

SIGAUD, Lygia. "Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil". Cadernos de antropologia social, n. 20, p. 11-23, 2004.

SILVA, José Graziano da. "Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola". In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (org.). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 79-90.

TAGLIETTI, Dablio Batista. "A natureza social e econômica da lei de terras de 1850". Revista de Ciências Humanas, v. 6, p.189-205, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.